## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_ DE 2025

(do Sr. Coronel Chrisóstomo)

Requer informações do Ministério de Minas e Energia, sobre as motivações para que Itaipu financie a retomada da obra da UNILA, interrompida em 2014, em vez de priorizar beneficios diretos à população, considerando o custo elevado da energia no país, em especial no Estado de Rondônia.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, inciso I e art. 116, ambos do RICD c/c art. 50, §2º da Constituição Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ministério de Minas e Energia, sobre as motivações para que Itaipu financie a retomada da obra da UNILA, interrompida em 2014, em vez de priorizar benefícios diretos à população, considerando o custo elevado da energia no Estado de Rondônia.

Considerando o custo elevado da energia para todos os brasileiros, principalmente nos Estados da Região Norte, e especialmente em Rondônia, e em vista da matéria publicada pela Revista Oeste em 16 de março de 2025, intitulada "Itaipu prefere financiar universidade por mais de R\$ 750 milhões a reduzir preço da conta de luz", que destaca que a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu planeja investir mais de R\$ 750 milhões na construção de infraestrutura no campus da Universidade Federal Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, Paraná, em vez de direcionar esses recursos para reduzir as tarifas de energia elétrica.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://revistaoeste.com/politica/itaipu-prefere-financiar-universidade-por-mais-de-r-750-milhoes-a-reduzir-preco-da-conta-de-luz/



Câmara dos Deputados, Anexo III, Gab. 672, Brasília/DF, CEP 70.160.900 Fone: (61) 3215-5672 e-mail:dep.coronelchrisostomo@camara.leg.br

entação: 17/03/2025 16:19:25.630 - M

A obra inclui um restaurante universitário, um prédio administrativo e salas de aula, retomando uma obra interrompida em 2014 devido a problemas financeiros e geológicos enfrentados pelo consórcio responsável. A decisão é criticada por analistas, que apontam que os chamados "gastos socioambientais" de Itaipu, como esse, elevam o custo da energia para os consumidores brasileiros.

Diante deste cenário, faz-se necessário o requerimento para que o Ministério informe:

- 1. Se Itaipu, uma das maiores usinas do país, prioriza investimentos em projetos como o da Unila em vez de baratear a tarifa, como o Ministério justifica a falta de políticas que reduzam o preço da energia em regiões como no Estado de Rondônia?
- 2. Por que os recursos não são usados para aliviar o custo da energia em todo o país, incluindo áreas onde a tarifa é um fardo desproporcional, como o Estado de Rondônia?
- 3. A retomada das obras na Unila, paralisadas desde 2014, coincide com o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, segundo a matéria, idealizou o projeto em seu segundo governo. Lula é citado dizendo que a universidade representa "uma América Latina mais politizada e com milhões de engenheiros". Contudo, a escolha de investir R\$ 750 milhões em um campus universitário levanta dúvidas sobre as prioridades do Ministério e de Itaipu. Qual é a justificativa técnica e econômica para retomar uma obra abandonada por uma década, cujos custos aumentaram devido a falhas geológicas e desequilíbrios financeiros, em vez de direcionar esse montante para reduzir a tarifa de energia, que beneficiaria milhões de consumidores imediatamente?
- 4. O Ministério pode esclarecer se essa decisão reflete uma análise de custobenefício ou se é motivada por interesses políticos, como o fortalecimento de uma agenda ideológica latino-americana, em detrimento das necessidades básicas da população?
- 5. A matéria aponta que os "gastos socioambientais" de Itaipu, como o financiamento da Unila, o envio de um veterinário para cuidar de emas no





## CÂMARA DOS DEPUTADOS Deputado Federal CORONEL CHRISÓSTOMO

Palácio da Alvorada e R\$ 1,3 bilhão para a COP-30 em Belém, são classificados como "outras despesas de exploração" e impactam diretamente o custo da energia. O Ministério alega que esses investimentos estão alinhados com a redução tarifária, mas a conexão é questionável. Como o ministério explica que financiar um campus universitário ou eventos internacionais seja mais estratégico do que aliviar a conta de luz, especialmente em estados como Rondônia, onde a energia cara compromete o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida? Esses gastos não configuram um desvio de finalidade de uma usina cuja missão principal é gerar energia acessível?

- 6. Com base na pergunta anterior e sua resposta, como o Ministério avalia os investimentos em conjunto com Itaipu? A resposta deve conter as análises técnicas, exposições de motivos, capilaridades dos programas e como esses programas se revertem em prol do setor elétrico.
- 7. O Ministério pode detalhar como essas escolhas são tomadas e por que a população incluindo a de Rondônia, que sofre com tarifas elevadas não é consultada sobre o uso de recursos que afetam diretamente suas contas?
- 8. Há um plano concreto para equilibrar esses investimentos com a promessa de modicidade tarifária, ou a população seguirá pagando por projetos de impacto duvidoso, visto a natureza diversa de Itaipu?
- 9. Este Ministério mantém um portal com dados em tempo real sobre os investimentos do setor elétrico? Caso negativo, porque este Ministério não mantém um portal com dados em tempo real onde constem critérios para informar quais projetos são prioritários, a nível nacional.

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário, relativos aos questionamentos apresentados.





## **JUSTIFICATIVA**

Diante do cenário econômico alarmante, especialmente sobre o custo elevado da energia em Rondônia e as motivações para a retomada de uma obra parada em vez de priorizar benefícios diretos à população, há uma contradição entre o discurso do Ministério, que prioriza a redução da tarifa, e as ações de Itaipu, que canaliza recursos significativos para projetos alheios à geração de energia.

Em Rondônia, onde o custo da energia é um obstáculo crônico, essa política parece ainda mais distante das necessidades reais. A retomada da obra na Unila pode ter méritos educacionais e geopolíticos, mas sua execução com recursos que poderiam baratear a luz levanta suspeita de prioridades desalinhadas.

Cabe ao Ministério responder com clareza: quem realmente se beneficia dessas escolhas, e por que a população, especialmente em regiões carentes como Rondônia, continua à margem dessas decisões, pois a impressão é de que o interesse público está sendo sacrificado por uma agenda que pouco dialoga com a realidade dos brasileiros.

Por esses motivos, justifica-se o presente requerimento de informações. Dessa forma, o presente requerimento busca obter informações detalhadas e concretas, essenciais para assegurar e garantir a efetividade das atividades do Ministério.

Assim, requer o deferimento.

Sala das Sessões, de março de 2025.

## Deputado Federal CORONEL CHRISÓSTOMO PL/RO



